

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

**JOSÉ CASSIANO GOIS DE FREITAS**

**DA INTERRUÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA FRENTE AO  
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NA CIDADE DE CACOAL - RO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
MONOGRAFIA**

**CACOAL – RO  
2015**

**JOSÉ CASSIANO GOIS DE FREITAS**

**DA INTERRUÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA FRENTE AO  
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NA CIDADE DE CACOAL - RO**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da  
Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR  
– *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles –  
Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau  
de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação  
da professora M.<sup>a</sup>Kaiomi de Souza Oliveira Cavalli.

**CACOAL – RO  
2015**

Freitas, José Cassiano Gois de.

F866i Da interrupção no fornecimento de energia elétrica frente ao Código de Defesa do Consumidor na cidade de Cacoal - RO/ José Cassiano Gois de Freitas – Cacoal/RO: UNIR, 2015.  
55 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).  
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.  
Orientadora: Prof. Ma. Kaiomi de Souza Oliveira Cavalli.

1. Direito do consumidor. 2. Direito civil. 3. Serviço essencial. 4. Energia elétrica I. Cavalli, Kaiomi de Souza Oliveira. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 342.59

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos –  
CRB11/753

**DA INTERRUPTÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA FRENTE AO  
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NA CIDADE DE CACOAL - RO**

**JOSÉ CASSIANO GÓIS DE FREITAS**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

---

Professora M.<sup>a</sup> Kaiomi de Souza Oliveira Cavalli - UNIR - Presidente

---

Professor (a) M.e Gilson Tetsuo Myiakava UNIR - Membro

---

Professor (a) Esp. Graciela Flávia Hack UNIR - Membro

Conceito: \_\_\_\_\_

Cacoal, 03 de julho de 2015.

Dedico este trabalho aos meus pais, avós, esposa e filhos pelo apreço e dedicação comigo nestes cinco anos de estudos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao nosso senhor Deus por me dar forças para superar os momentos mais difíceis e por permitir que atingisse meus objetivos nesta caminhada.

Aos pais que acreditaram na minha formação, que desde pequenino se dedicaram em priorizar minha educação, preocupando-se sempre em oferecer o melhor ambiente para que eu pudesse trilhar o caminho do bem.

Agradeço de forma intensa a colaboração de minha esposa, quando senti dificuldades ela sempre esteve ao meu lado me amparando e concedendo abrigo. As filhas, eu agradeço a forma alegre como vivem, o sorriso de vocês perfaz o meu.

As minhas orientadoras, Professoras M.<sup>a</sup> Daeane e M.<sup>a</sup> Kaiomi, pela paciência e disponibilidade em transmitir seus conhecimentos, de forma surpreendente, dinâmica e conceitual.

Aos demais Professores do Departamento do Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia pelas matérias lecionadas ao longo do período de graduação.

Aos familiares e amigos que acreditaram na minha capacidade sempre me incentivando e apoiando.

“Teu dever é lutar pelo direito, mas no dia em que encontrases o direito em conflito com a justiça, lute pela justiça”.

(DEPALMA ,1999)

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo compreender e interpretar o fornecimento de energia elétrica frente ao Código de Defesa do Consumidor no município de Cacoal-RO. Para tanto, considerando-se a grande importância que tem o Código de Defesa do Consumidor dentro do ordenamento jurídico, vislumbrou-se estudar os institutos que tratam da proteção dos direitos dos consumidores na constituição Federal e legislação infraconstitucional. Foi adotado o método de pesquisa dedutivo, tendo apoio nos procedimentos de abordagem de pesquisa de campo, e ainda na técnica de pesquisa bibliográfica baseada na literatura que norteiam o tema. A pesquisa foi realizada por meio de entrevista com roteiro pré-estabelecido, com questões abertas, a ser aplicado junto aos responsáveis do setor jurídico da empresa concessionária fornecedora de energia elétrica no município Cacoal-RO. No propósito de obter informações sobre as atividades relacionadas com o processo de interrupção deste serviço essencial prestado e, se há beneficiário na comunidade nesse processo de não interrupção. Ao final, relacionaram-se de forma adequada as informações pesquisadas com os estudos bibliográficos mencionados, visando identificar a interação existente entre a previsão da lei e conduta, e apontar a importância deste estudo para compreender as consequências que a interrupção do fornecimento deste serviço essencial pode causar na sociedade local.

**Palavras-chave:** Interrupção. Consumidor. Serviço essencial. Legislação.



## **ABSTRACT**

The present course conclusion work aims to understand and interpret the supply of electric power toward the Consumer Protection Rights Code in Cacoal-RO. Therefore, considering the great importance the Consumer Protection Rights Code has within the legal system, envisioned to study the institutions that deal with the protection of consumer rights in the Federal Constitution and infra-constitutional legislation. The research method adopted was the deductive method, based on the field research approach procedures, and also in literature search technique based on literature that guides the subject. The research was conducted through interviews with pre-established script, with open questions, to be applied with those responsible for the legal sector concessionaire electricity supplier in the city of Cacoal-RO. In order to obtain information about the activities related to the cut off process of this essential service provided and if there is in the community any beneficiary of this non-cut-off process. At the end, the researched information was adequately related to the bibliographic studies mentioned, in order to identify the interaction between the law prescription and the conduct and point out the importance of this study to understand the consequences that the cut off in the supply of this essential service may cause in the local society.

**Keywords:** Interruption. Consumer. Essential service. Legislation.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>1 O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....</b>	<b>11</b>
1.1 SERVIÇO PÚBLICO.....	12
1.2 SERVIÇOS PÚBLICOS SOB A INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	13
1.3 PRINCÍPIO ATINENTES A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.....	14
1.4 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O PRINCÍPIO ADMINISTRATIVO DA CONTINUIDADE.....	15
<b>2 SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL.....</b>	<b>18</b>
2.1 INTERRUPTÃO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS.....	20
2.2 POSIÇÃO DOUTRINÁRIA, JURISPRUDENCIAL E A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS COMPANHIAS DE ENERGIA ELÉTRICA .....	24
2.3 A APLICAÇÃO DA LEI Nº. 8.987/95 ESPECIFICAMENTE O ARTIGO 6º § 3º INCISO II.....	27
<b>3 COLETIVIDADE X CONSUMIDOR.....</b>	<b>29</b>
3.1 O CONSUMIDOR COMO PARTE FRÁGIL DA RELAÇÃO.....	31
<b>3.1.1 A Prática Abusiva na Interrupção dos Serviços Essenciais por Inadimplência dos Usuários.....</b>	<b>32</b>
3.2 DADOS DA PESQUISA.....	33
<b>3.3 Pesquisa de Campo.....</b>	<b>34</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>41</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>45</b>

## INTRODUÇÃO

Em 11 de setembro de 1990 foi criada a Lei nº 8.078, com o objetivo de efetuar a tarefa de equilibrar as relações de consumo para proteger e amparar o consumidor, o qual é considerado o elo mais fraco existente no sistema de consumo. A defesa do consumidor está contida no artigo 170 da Constituição Federal de 1988.

O presente trabalho abordou os direitos e princípios básicos que o consumidor possui, os quais se originam da relação de consumo existente entre o fornecedor e o consumidor. Primeiramente foram apresentados alguns conceitos que constam no Código de Defesa do Consumidor. No decorrer do estudo foi apresentada qual a relação existente entre o consumidor e seus direitos, uma breve e rápida revisão histórica a respeito do Código de Defesa do Consumidor, os princípios norteadores deste, e a sua aplicabilidade.

Assim, fez-se necessário demonstrar os serviços de interesse público, vistos como essenciais, firmaram sua relevância e respaldo no ordenamento jurídico com a instituição deste Código de Defesa do Consumidor que a eles garantiu a continuidade na acepção de torná-los ininterruptos, incessante sua própria natureza de serviço essencial.

Com efeito, não é possível garantir ao consumidor segurança, vida sadia, num meio ambiente equilibrado, tudo a respeitar a dignidade humana, se os serviços públicos essenciais urgentes não forem contínuos.

Sendo que, é sabido que os serviços públicos são prestados diretamente pelo Estado, ou seja, de forma centralizada ou indiretamente, de forma descentralizada, por meio de poderes estatais outorgados a entidades administrativas ou delegados a empresas concessionárias e permissionárias.

É evidente que o crescimento e a modernidade empenhou o homem a valer-

se da energia elétrica para a execução das atividades mais simples existentes. Assim, toda atividade humana carece de instrumentos para ser efetivada. Igualmente, os consoantes avanços tecnológicos necessitam de energia elétrica para serem aplicados.

Diante do exposto, o objetivo geral deste trabalho acadêmico é verificar se a interrupção no fornecimento de energia elétrica praticada pelas concessionárias, permissionárias e autarquias prestadoras desse serviço, como forma arbitrária de coagir o consumidor/usuário ao pagamento da conta em atraso, é uma prática abusiva.

A presente pesquisa tem suporte na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 7783/89 (Lei do direito de greve), na Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor), na Lei nº 8987/95 (Lei de concessão e permissão da prestação de serviços públicos), em artigos, na doutrina e na jurisprudência.

Quanto à forma de estudo, o método de abordagem foi desenvolvido por meio do método dedutivo de pesquisa científica, que segundo Gil (2008, p. 9) “parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, em virtude unicamente de sua lógica”, sob o prisma do método Dogmático tem-se a interpretação da norma jurídica, uma vez que Coelho (2003, p. 176) preleciona que, “Como método, o dogmatismo engendra a dedução com o alcance apodítico, aceitando certos postulados como evidentes, para então construir o conhecimento mediante aplicação a aplicação de princípios a lógica formal”. Nesta percepção vislumbra-se que a dogmática jurídica é essencialmente um conjunto de raciocínios proposto a organizar ordenadamente, com o uso de conceitos, institutos e princípios jurídicos, as leis e os casos julgados em um determinado ordenamento jurídico.

Por fim, serão apresentados ainda dados coletados na empresa concessionária fornecedora de energia elétrica município de Cacoal-RO, relacionados com o processo de interrupção deste serviço essencial prestado e, se há beneficiário na comunidade nesse processo de não interrupção, podendo servir de referência contributiva e a estudos de análise científica sobre o tema.

## 1 CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 170 estabelece princípios relacionados a atividades de consumo, preconizando no *caput* que:

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da Justiça Social, observados os seguintes princípios:

[...]

V – defesa do consumidor.

A saber, é importante mencionar que Andrade (2006) sustenta, de forma consecutiva, que a proteção do consumidor é um princípio constitucional, e que este se encontra inserido no capítulo dos princípios econômicos. O termo princípio tem por objetivo promover defesa a todo consumidor sempre que houver atividades econômicas envolvidas. Diante do estabelecido no art. 170, inciso V da CF/88 deu-se a elaboração do Código de Defesa do Consumidor.

O principal objetivo do Código de Defesa de Consumidor é atender às necessidades dos consumidores, listando de forma clara os direitos básicos de quem o usufrui. Entretanto, a teoria diverge da prática, pois grande parte da população, por não conhecê-lo, acaba por não buscar amparo legal quando necessário. A carta magna, no *caput* do seu artigo 5º, aduz que todas as pessoas são iguais perante a lei, sem fazer distinção de natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país direitos essenciais à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à prosperidade (BRASIL, 1988).

Segundo Giacomini Filho (1991) o Código de Defesa do Consumidor foi elaborado com dedicação exclusiva a proteção do consumidor, levando em conta questões voltadas para a qualidade dos produtos e serviços, contratos de adesão, publicidade, responsabilidade do fabricante e distribuidor, sempre agindo de maneira adequada a proteger o consumidor. O Código de Defesa do Consumidor visa proteção ao elo considerado mais fraco nas relações de consumo, o consumidor. No entanto, este não é o seu único objetivo, pois o mesmo também trata sobre a harmonia e equidade que devem existir em qualquer relação de consumo veiculada no comércio.

O Código de Defesa do Consumidor foi elaborado com o intuito de proteger o consumidor e estabelecer uma relação de consumo visando equidade entre as

partes. Por conseguinte, acabou dando origem a uma nova era no que diz respeito ao exercício da cidadania no Brasil. Desde o momento em que surgiu essa nova fase, os cidadãos brasileiros contam com uma poderosa ferramenta de proteção nas relações consumeristas. Além do mais, esse instrumento vem se expandindo e adentrando-se de forma evidente entre a população e alcançando todos os níveis sociais.

## 1.1 SERVIÇO PÚBLICO

A Lei n.º 8.078 de 11 de setembro de 1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor, veio afirmar a essencialidade dos serviços públicos com efeitos jurídicos e coerção, e assim, definiu a continuidade dos serviços públicos essenciais no artigo 22, já no seu parágrafo único acrescenta que, em caso de descumprimento de suas obrigações, os fornecedores de serviços públicos serão compelidos a cumpri-las e a reparar os danos a que tiverem dado causa.

Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código.

A respeito do dispositivo, do referido código, Amorim e Tartuce (2014, p. 97) afirma que “O caput do art. 22 do Código de Defesa do Consumidor é bem claro no sentido de abranger os serviços públicos”. Todavia, na relação de consumo, o fornecedor é obrigado a prestar o serviço ao consumidor. O Poder Público possui o dever de regular a relação contratual existente, resguardando a parte hipossuficiente.

O Código de Defesa do Consumidor estabelece que o usuário pode ser tanto uma pessoa física quanto jurídica, desde que a aquisição ou utilização do produto ou serviço coloque fim ao ciclo econômico-produtivo, ou seja, desde que o ato de consumo não tenha como objetivo integrar o ativo econômico da pessoa em atividade profissional.

Consoante isso Mello (2008, p. 734-735), afirma que, “aos usuários de

serviços públicos também se aplicam proteções residentes no Código de Defesa do Consumidor. Quanto a isso não há dúvida possível, uma vez que inúmeros dispositivos reportam-se expressamente a serviços públicos”. Complementando Lazzarini (2000, p. 150), reitera que “a abrangência da defesa do consumidor em relação aos serviços fornecidos pelos órgãos públicos e demais entidades mencionadas no art. 22 do Código Consumerista é bastante ampla”.

Conforme o entendimento de Lazzarini (1999), a previsão do artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor fez a adequação de conhecidos princípios jurídicos de Direito Administrativo às relações de consumo, razão de, no exercício da cidadania, qualquer pessoa, física ou jurídica, tem o inalienável direito de, pelas vias processuais cabíveis, exigir do Poder Judiciário as providências que a hipótese requeira, mesmo porque nem a lei pode excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, assegurado pelo artigo 5º, XXXV, (CF/88).

Dessa forma pode-se dizer de maneira mais simples e genérica que serviço público é toda atividade prestada pela administração pública diretamente ou por meio de poderes delegados ou outorgados pelo Estado, visando atender o interesse de toda a coletividade.

## 1.2 SERVIÇOS PÚBLICOS SOB A INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

O Código de Defesa do Consumidor se aplica a todos os serviços públicos. Observa-se que o artigo 7º, da mencionada Lei nº 8.987/95, determina a incidência cumulativa das normas do Código de Defesa do Consumidor e do Direito Administrativo. Desse modo, sempre que se caracterizar a divergência entre estes regimes jurídicos será necessário compatibilizá-los, de acordo com o princípio da proporcionalidade. Deve ser reconhecida a preponderância do regime de Direito Administrativo sobre o Direito do Consumidor.

O Direito do Consumidor somente se aplicará quando omissa o Direito Administrativo, não havendo, pois, incompatibilidade com os princípios fundamentais norteadores do serviço público. Outra controvérsia se refere à submissão dos serviços públicos essenciais, relacionados no artigo 10, da Lei nº 7.783/89 (Lei de Greve), ao Código de Defesa do Consumidor. Há entendimento na doutrina no

sentido de que nem todos estes serviços se sujeitam às regras do mencionado código. Os consumeristas, por seu turno, defendem que, em princípio, todo serviço público é essencial; entretanto, prevalece na doutrina o entendimento de que os conceitos definidos na Lei de Greve suprem a omissão do CDC em relação a eles.

Na jurisprudência, o tema, da mesma forma, é controverso, havendo entendimento de que nem todos os serviços previstos na Lei de Greve se submetem ao Código de Defesa do Consumidor, bem como há posicionamento no sentido de que a Lei de Greve é subsidiária ao código consumerista.

### 1.3 PRINCÍPIOS ATINENTES A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

O estudo dos princípios consagrados pelo Código de Defesa do Consumidor é um dos pontos de partida para a compreensão do sistema adotado pela Lei Consumerista como norma protetiva dos vulneráveis negociais. A Lei 8.078/1990 adotou um sistema aberto de proteção, baseado em conceitos legais indeterminados e construções vagas, que possibilitam uma melhor adequação dos preceitos às circunstâncias do caso concreto.

Existem determinados princípios que são inerentes à prestação dos serviços públicos, razão pela qual devem ser observados atentamente pelos executores de tais serviços.

O princípio da eficiência refere-se à necessidade de constante renovação dos processos tecnológicos para que os serviços prestados tenham a maior eficiência possível, sendo a sua execução mais proveitosa e menos dispendiosa.

O princípio da modicidade impõe a remuneração dos serviços públicos a preços módicos, de modo que o Estado tem o dever de avaliar a condição financeira do usuário para que ele não seja impedido de usufruir os serviços prestados.

O princípio da continuidade será examinado em capítulo próprio, em razão de constituir o cerne do presente estudo.



#### 1.4 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O PRINCÍPIO ADMINISTRATIVO DA CONTINUIDADE

A abordagem a este tema cuida em demonstrar que é essencial para o indivíduo o acesso ao serviço público de fornecimento de energia elétrica, inclusive, garantido na Constituição Federal possui como fundamento a dignidade da pessoa humana que contempla e enriquece todo o ordenamento jurídico brasileiro, tendo derradeira importância para o exercício da cidadania e desenvolvimento das atividades rotineiras de toda a coletividade, sendo, por conseguinte, de interesse público.

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 1º, inciso III, elenca como um de seus princípios fundamentais a dignidade da pessoa humana, na qual todos devem ser tratados de forma igual, sendo respeitados seus direitos, independente de cor, raça, religião e principalmente condição financeira. Primordialmente deve-se priorizar o princípio da dignidade humana, fundamental para a qualidade de vida, o bem estar e uma vida digna. Desta forma, Sarlet (2007) aponta a dignidade da pessoa humana como o pilar de sustentação da ordem jurídico-democrática brasileira.

A saber, é importante mencionar que Nunes (2009, p.127) preleciona em sua obra que, “a dignidade da pessoa humana – e do consumidor – é garantia fundamental que ilumina todos os demais princípios e normas e que, então, a ela devem respeito, dentro do sistema constitucional soberano brasileiro”.

Insta salientar, ainda, que para Nunes (2009), a dignidade referida no artigo 4º do Código de Defesa do Consumidor, está ligada diretamente à dignidade prevista no texto constitucional, remetendo desta forma, a leitura da legislação do Código de Defesa do Consumidor ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

O princípio da continuidade no serviço público tem extraído posicionamento marcante na doutrina, que não admite a sua desconstituição, por ser uma das marcas registradas do Direito Público. Para Alessandro Segalla (2001, p 134 -135), continuidade é a ausência de interrupção, segundo a natureza da atividade desenvolvida e do interesse a ser atendido.

Em termos práticos, é claro que a continuidade se avalia diferentemente conforme se trata de fornecimento de água, energia elétrica ou de transporte de passageiros. Observa-se que a regularidade, sob um certo ponto de vista, pressupõe continuidade. Aquela é um plus relativamente a esta. Os serviços podem ser contínuos, sem que sejam relativamente a esta. Os serviços podem ser contínuos, sem que sejam regulares. Mas é impossível o serviço ser regular, se também não for contínuo.

De todos os princípios relativos à prestação de serviços públicos, tem-se que o da continuidade é o que desempenha importância destacada para o sistema constitucional, pelo fato de que a Constituição Federal erigiu à condição de públicos vários serviços que entendeu desempenharem papel de extrema importância na sociedade, devendo ser sempre fornecidos visando à satisfação do seu interesse.

De acordo com Carvalho Filho (2006), o princípio da continuidade estabelece que a prestação dos serviços públicos deve ser contínua e que a continuidade consiste em estímulo ao Poder Público para que persiga o aperfeiçoamento e a extensão dos serviços. Nesse particular, o princípio da continuidade dos serviços públicos deve ser observado em conjunto com o princípio da eficiência.

Além disso, esse princípio veda a interrupção dos serviços públicos, o que causaria verdadeiro colapso em diversas atividades particulares; no entanto, o princípio da continuidade não é absoluto, submetendo-se a determinadas exceções, a saber: o inadimplemento do usuário na hipótese de serviço público singular remunerado por tarifa; a interrupção dos serviços em hipóteses de necessidade de reparos e obras; e o direito de greve dos servidores públicos; que revelam controvérsia na doutrina e na jurisprudência brasileira.

Deste modo, por todo exposto apresentado, verifica-se que além de um princípio administrativo, o princípio da continuidade versa sobre a promoção de direitos fundamentais no que diz respeito aos serviços públicos. Pois, é cediça sua intrínseca relação com a dignidade da pessoa humana.

O fato é que, além de afetar o consumidor em sua própria dignidade, as empresas concessionárias ao interromperem o fornecimento de energia elétrica de plano, sem avaliar a circunstância, estarão violando o princípio administrativo da continuidade.

Uma vez que esse princípio busca a atender ao indivíduo com a prestação contínua do serviço público, ou seja, só poderá haver a paralisação do serviço de acordo com as circunstâncias expressas na lei, para evitar que a interrupção gere

um colapso a coletividade. A aplicação desse princípio encontra amparo no art. 175, parágrafo único, da Constituição Federal; art. 37, VII e IX; Lei 8.987/95, art. 6º, parágrafo 1º; Lei 8.078/90, e artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), serviço público essencial, para manter a prestação contínua do serviço prestado.

Igualmente, Di Pietro (2003, p. 74), destaca que: “Por esse princípio entende-se que o serviço público, sendo a forma pelo qual o Estado desempenha funções essenciais ou necessárias à coletividade, não pode parar [...]”.

Neste íterim, o acesso aos serviços públicos essenciais especificamente o de energia elétrica tem que ser visto à luz dos princípios constitucionais e administrativos, destacando o da dignidade humana, e o da continuidade, para que todos os usuários possam desfrutar de um mínimo de qualidade de vida.

## **2 SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL**

A aplicabilidade das normas de proteção ao consumidor em favor dos usuários do serviço público ainda é um tema pouco estudado, considerando que, segundo Macedo Júnior (2000), é enganoso, sinuoso e difícil. Uma leitura superficial do Código de Defesa do Consumidor poderia admitir uma impressão de que se trata de um tema relativamente simples. Entretanto, partindo da análise do art. 22, caput, e da limitada bibliografia sobre o tema, encontra-se quatro categorias de posicionamento: 1) aqueles que fogem dos principais problemas relativos à aplicabilidade do CDC aos serviços públicos; 2) a posição dos que defendem uma interpretação extensiva; 3) os que defendem uma posição extensiva mitigada; e 4) os que defendem uma interpretação restritiva.

Logo, deve-se analisar a definição de Pfeiffer (2008) que discorre que o consumidor é espécie e o usuário é o gênero de serviços públicos. Em outras palavras, nem todo usuário de serviço público poderá ser considerado consumidor. Destarte, todos que utilizarem o serviço público são considerados seus usuários, no entanto, nem todo usuário será considerado consumidor, pois, para sê-lo, é necessário que se enquadre no conceito definido no art. 2º, caput, do CDC, que dispõe que consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Neste contexto, os usuários que não sejam considerados consumidores não terão ao seu favor as normas do CDC. Já os consumidores, além das normas do CDC, possuem também as disposições concernentes aos usuários em geral, em nítido diálogo das fontes.

Diante do exposto, não é lícito ao Estado ou aos prestadores de serviços deixarem de prestar serviços que estão incorporados às atividades básicas humanas, tais como: saúde, educação, energia elétrica e saneamento, sob pena de estarem dando ao usuário tratamento degradante ou desumano que fragilize sua dignidade, amplamente assegurados, no artigo 5º, inciso III, da carta constitucional.

Em contrapartida, no que tange as atividades prestadas pelas concessionárias, Mello (2008) assevera que o concessionário não lhes poderá negar ou interromper a prestação, salvo é claro, nas hipóteses previstas nas próprias cláusulas regulamentares. Especificamente, quanto ao inciso II§ 3º artigo 6º da Lei 8.987/95, que trata sobre a possibilidade da interrupção por inadimplemento do usuário, o que torna evidente há controvérsia tanto a nível doutrinário quanto

jurisprudencial, que será objeto de maior análise, depois de estudado a administração pública, sua forma de prestação de serviços, exposto suas classificações e princípios, é importante esclarecer o que seria, então, serviço público essencial para melhor entender o tema aqui trabalhado.

Segundo Carvalho Filho (2007) o serviço público essencial pode ser definido como um serviço indispensável a coletividade, que atende as necessidades rotineiras da população, não podendo ser interrompido. A portaria nº. 3/99 da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, reconheceu a água, a energia elétrica e a telefonia como serviços essenciais. A Constituição Federal ao assegurar o direito de greve dos trabalhadores em seu artigo 9º, § 1º, diz que “A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.” O legislador visando regulamentar este artigo elaborou a Lei nº 7.783 de 28 de junho de 1989 que dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências. Em seu artigo 10 e incisos, a Lei de Greve, assim dispõe:

Art. 10. São considerados serviços ou atividades essenciais:  
 I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;  
 II - assistência médica e hospitalar;  
 III - distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos;  
 IV - funerários;  
 V - transporte coletivo;  
 VI - captação e tratamento de esgoto e lixo;  
 VII - telecomunicações;  
 VIII - guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares;  
 IX - processamento de dados ligados a serviços essenciais;  
 X - controle de tráfego aéreo;  
 XI - compensação bancária. (grifos nossos)

A Lei nº 7.783/89 apresenta ainda em seu artigo 11, parágrafo único que “São necessidades inadiáveis da comunidade aquelas que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.” E a Lei n.º 8.078 de 11 de setembro de 1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor, definiu a continuidade dos serviços públicos essenciais em seu artigo 22, conforme já salientamos.

O serviço energia elétrica é considerado relação de consumo, por um lado a empresa prestadora de serviço público, na forma do art. 3º do CDC e por outro lado

os usuários, consumidores, na forma do art. 2º do CDC. Assim, estão subordinados ao princípio da continuidade, na forma do art. 22 do CDC. O art. 4º do CDC estabelece a política das relações de consumo, cujo objetivo é atender as necessidades dos consumidores, respeitando a sua dignidade, saúde e segurança, providenciando a melhoria de sua qualidade de vida. Concluso o esclarecimento acerca do serviço público essencial e que as empresas prestadoras deste serviço, devem prestá-los de forma eficiente, segura e contínua e que a energia elétrica está no rol dos serviços ditos essenciais por serem um serviço de interesse público, devido a sua utilidade, pois é essencial para as atividades rotineiras de toda a coletividade, passar-se-á a analisar a questão da legalidade ou não da interrupção no fornecimento de energia elétrica.

## 2.1 INTERRUPTÃO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS

Os serviços públicos essenciais devem ser prestados de forma contínua pelos órgãos públicos, suas empresas, concessionárias ou permissionárias, nos termos do artigo 22, do Código de Defesa do Consumidor. A Constituição Federal, em seu artigo 9º, §1º, determina que os serviços ou atividades essenciais serão definidos por lei. A Lei nº 7.783/89, que trata da greve dos servidores públicos, define os serviços públicos essenciais como aqueles que atendem às necessidades inadiáveis da sociedade

As necessidades inadiáveis, por seu turno, estão definidas no artigo 11, da referida lei, como aquelas que, caso não atendidas, colocam em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

Há controvérsia na doutrina e na jurisprudência quanto à possibilidade da paralisação dos serviços públicos essenciais na hipótese de inadimplência do usuário. O artigo 6º, §3º, II, da Lei nº 8.987/95, prevê expressamente a possibilidade de interrupção do fornecimento dos serviços públicos essenciais em caso de inadimplência do usuário. De acordo com o mencionado dispositivo, a interrupção após aviso prévio em caso de inadimplemento do usuário não caracteriza descontinuidade do serviço, devendo a suspensão ser realizada em atendimento ao interesse da coletividade.

De acordo com Cavalieri Filho (2008), os serviços essenciais são prestados por empresas privadas que dependem do recebimento dos valores pagos pelos usuários, por meio de tarifas ou preços públicos, para manter os altos investimentos. Além disso, da mesma forma que a prestadora do serviço não pode deixar de prestá-lo, não pode o usuário deixar de pagar pelo seu consumo, sob pena de violação ao princípio que veda o enriquecimento sem causa e ao princípio da igualdade de tratamento das partes.

A prestadora de serviços públicos tem a obrigação de fornecer o serviço continuado e de boa qualidade, além de responder pelos defeitos, paralisações ou acidentes do serviço, sendo a sua responsabilidade de natureza objetiva, conforme previsto no artigo 22, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor.

Os consumidores, por sua vez, têm a obrigação de efetuar o pagamento pelo consumo do serviço. Entendimento em sentido contrário levaria à admissão da gratuidade do serviço, o que não pode ser tolerado diante dos vultosos investimentos realizados pelos prestadores dos serviços.

Com efeito, o interesse individual do consumidor não pode preponderar sobre o interesse da coletividade, que seria onerada na hipótese de admissão da inadimplência pelos usuários que apresentassem dificuldade financeira em observar as suas obrigações contratuais.

Entretanto, há corrente, prestigiada na doutrina, que defende que a continuidade dos serviços públicos essenciais além de estar prevista no artigo 22, do CDC, é abrangida pelo princípio da dignidade da pessoa humana. Desse modo, esses serviços não poderiam ser interrompidos nem mesmo na hipótese de inadimplemento.

De acordo com esse entendimento, o artigo 6º, §3º, II, da Lei nº 8.987/95, não se sobrepõe ao Código de Defesa do Consumidor no que se refere aos serviços públicos, o que pode ser observado em diversas passagens do referido código. O artigo 4º, VII, do CDC, por exemplo, impõe a racionalização e melhoria dos serviços públicos, que constitui um dos princípios da Política Nacional de Relações de Consumo.

O código consumerista prevê, ainda, no seu artigo 6º, X, que a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos, em geral, são direitos básicos do consumidor. O artigo 22, do referido código, por seu turno, estabelece que os serviços prestados devem ser adequados, eficientes e seguros, acrescentando que

os serviços essenciais, devem ser, ainda, contínuos, conforme assevera Lucca (2008).

Observa-se, ainda, que o artigo 6º, §3º, II, da Lei nº 8.987/95, refere-se somente ao “serviço público”, não fazendo qualquer alusão ao serviço público essencial, abordado por Thomaz (2009).

O artigo 42, Caput, do Código de Defesa do Consumidor, por sua vez, determina que o consumidor não pode ser submetido a constrangimento na cobrança de dívidas. Destaca-se que, nos termos do artigo 71, CDC, nas hipóteses em que interferir em seu trabalho, descanso ou lazer, consistirá em ilícito penal, cuja pena é de três meses a um ano de detenção e multa.

Ademais, a suspensão do fornecimento dos serviços públicos ocasiona a violação do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, contido no artigo 1º, III, da CF/88.

Além disso, fere o princípio da inafastabilidade da jurisdição, previsto no artigo 5º, XXXV, da CF/88, pois propicia a prática da autotutela pelo concessionário.

Ressalta-se que tem sido questionada a constitucionalidade do artigo 6º, §3º, da Lei nº 8.987/95, em razão de ofender o princípio da proibição do retrocesso, tendo em vista que a Constituição Federal concede ao direito do consumidor o status de direito fundamental, como se observa pela leitura dos artigos 5º e 170, da Constituição Federal.

Neste íterim a jurisprudência predominante tem manifestado o seu posicionamento no sentido de que é plenamente possível a suspensão do fornecimento do serviço público essencial na hipótese de inadimplência do usuário. Defendendo a tese de que se o fornecedor fosse obrigado a manter o fornecimento do serviço a todos aqueles que se encontram inadimplentes, a ausência de remuneração impediria que o serviço público mantivesse o mesmo padrão de qualidade para todos os usuários. Esse fato tornaria impossível a aplicação do próprio artigo 22, do Código de Defesa do Consumidor, ao determinar que o serviço público essencial seja fornecido de forma segura, eficiente, adequada e contínua

A Portaria nº 4, de 13 de março de 1998, da Secretaria de Direito Econômico do ministério da Justiça, ratificou o entendimento referente à possibilidade da suspensão do fornecimento dos serviços públicos na hipótese de inadimplemento do usuário como previsto no artigo 6º, §3º, da Lei nº 8.987/95.



Contudo, ainda se verifica alguns julgados que defendem, excepcionalmente, segundo Lucca (2008), a inviabilidade do corte do fornecimento do serviço essencial no caso de usuário inadimplente nas hipóteses em que se está diante de um bem jurídico consistente em um direito fundamental, como a vida, a saúde e a segurança dos cidadãos.

Esse entendimento encontra amparo no artigo 40, V, §3º, da Lei nº 11.445/07, que reza que, em se tratando de estabelecimentos de saúde, instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e de usuário de baixa renda beneficiário de tarifa social, a interrupção do fornecimento do serviço público essencial deverá observar prazos e critérios para que sejam preservadas as condições mínimas que mantenham a saúde dos cidadãos.

Observa-se que o magistrado, ao aplicar a lei, deve considerar, dentre outros, os fins sociais a que ela se destina, conforme estabelece o artigo 5º, da Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei nº 4.657/42).

Não se defende que o fornecedor do serviço público se abstenha de receber o seu crédito, mas tão somente que não abuse do seu direito, interrompendo o fornecimento do serviço público essencial arbitrariamente. Tem-se apresentado como alternativa que o fornecedor se socorra das vias judiciais para cobrar o seu crédito sem interromper o fornecimento dos seus serviços ao consumidor inadimplente.

Considerando, ainda, a possibilidade de o usuário inadimplente não possuir renda ou patrimônio para suportar o pagamento da quantia devida ao fornecedor deve-se aplicar o chamado princípio da solidariedade social, de modo que o ônus financeiro seria transferido ao Poder Público.

O artigo 13, da Lei nº 8.987/95, admite a fixação de tarifa social ou subvencionada no caso de ausência de recursos do usuário. Além disso, o artigo 11, da referida lei, permite que o Poder Concedente preveja outras fontes de receitas em favor da concessionária, o que viabilizaria a transferência dos mencionados ônus.

Será que a empresa concessionária ao suspender o fornecimento de energia elétrica do consumidor/usuário estará aplicando corretamente o princípio da continuidade ao caso concreto? Ou será que a concessionária está utilizando essa medida como forma de coação para o pagamento em atraso? Será que essa seria a única forma de cobrança? Será que o princípio primordial da dignidade humana está

sendo violado? São essas indagações que se pretende esclarecer no decorrer deste trabalho acadêmico.

## 2.2 POSIÇÃO DOUTRINÁRIA, JURISPRUDENCIAL E A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS COMPANHIAS DE ENERGIA ELÉTRICA.

A função da Responsabilidade Civil, segundo Cavallieri Filho (2012), é obrigar o agente causador do dano a repará-lo, a insígnia do mais elementar sentimento de Justiça. O autor ressalta que o dano causado pelo ato ilícito rompe o equilíbrio jurídico-econômico que antes havia entre as partes.

São por meio dessas provas, que a falha na prestação do serviço das companhias de energia elétrica que, devem ser as concessionárias prestadoras desta, responsabilizadas pelos prejuízos suportados pelo consumidor.

Uma vez considerado bem essencial para a vida em sociedade, o serviço de energia elétrica deve ser prestado de forma adequada, eficiente, segura e principalmente ininterrupta, observado o princípio da continuidade, consoante dispõe o artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor já mencionado.

Dessa forma, em havendo rompimento desse dever, as concessionárias/permissionárias respondem objetivamente pelos danos causados pela falha e/ou má-prestação do serviço público, nos termos do artigo 14 do CDC e artigo 37, § 6.º da Constituição Federal de 1988, aplicando-se ao caso a teoria do risco. Dispõe:

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Senão, vejamos o entendimento dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Rio Grande do sul. Neste sentido:

O julgado traz a seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. QUEIMA DE MAQUINÁRIO DESTINADO A CRIAÇÃO DE AVES. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PARTE DA CONCESSIONÁRIA CONFIGURADO. CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR NÃO COMPROVADO. DEVER DE INDENIZAR RECONHECIDO. PREJUÍZOS PARCIALMENTE COMPROVADOS. REVOGAÇÃO DA AJG DESCABIDA SEM CONTRADITÓRIO E PROVA ROBUSTA

1) Trata-se de ação de indenização por danos materiais decorrentes de suposta falha na prestação de serviço de energia elétrica por parte da concessionária ré, julgada parcialmente procedente na origem.

2) A responsabilidade da empresa ré, na condição de concessionária de energia elétrica e prestadora de um serviço público é objetiva, nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, respondendo pelos danos que seus agentes derem causa, seja por ação, seja por omissão.

3) A concessionária de energia elétrica responde, independentemente da existência de culpa, pelos danos causados a equipamentos elétricos de consumidores, eximindo-se do ressarcimento apenas quando comprovar a inexistência de deficiência no fornecimento de energia ou algumas excludentes do dever de indenizar, tendo em vista ser obrigada a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e contínuos. Inteligência do art. 22 do CDC (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Assim, comprovada a falha na interrupção e não demonstrada qualquer responsabilidade, proferiu-se decisão de que deve a concessionária prestadora deste serviço essencial ser responsabilizada pelos prejuízos suportados pelo consumidor. Tendo que indenizá-lo, no que tange as despesas com o conserto de maquinário, e ao pagamento de mão de obra. Em referência a responsabilidade civil, notemos a sua condição:

[...] I - Responsabilidade Civil

No que tange à responsabilidade pelo evento danoso, o acórdão de origem decidiu que a responsabilidade da empresa recorrente, em face de sua condição de concessionária de energia elétrica e prestadora de serviço público é objetiva, consoante informa o art. 37, § 6º, da Constituição Federal, sendo prescindível, portanto, a perquirição de eventual culpa da concessionária pelo evento danoso (e-STJ, fl.190). (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Tal entendimento é respaldado pela legislação pátria, que estabelece que a responsabilidade civil da concessionária fornecedora de serviço público é objetiva, somente podendo ser afastada quando a culpa da vítima do evento ou de terceiro for exclusiva (art. 14, § 3º, do CDC c/c art. 37, § 6º, da CF).

Como se pode observar no julgado exposto, o entendimento dos desembargadores aduz que a interrupção do fornecimento de energia elétrica

acarreta a responsabilidade civil objetiva, senda a concessionária prestadora deste serviço condenada a ressarcir os danos que tiver dado causa.

Outrossim, tem-se que as altas temperaturas, cuja sensação térmica facilmente beira os 40°C durante o dia, acarretam não apenas danos individuais à saúde das pessoas (cansaço, indisposição, dor de cabeça, dificuldade de raciocínio), como também ocasionam outro problema grave, que atinge a população como um todo: as frequentes quedas de energia elétrica.

O aumento exponencial do uso de equipamentos hábeis a espantar o calor, como ventiladores e ar condicionados, não raro causam sobrecarga na rede, posto que o limite de capacidade das fornecedoras muitas vezes é ultrapassado. Ainda que se cogite a necessidade de reparos, manutenção e principalmente expansão da rede elétrica, nada justifica a interrupção prolongada do serviço.

Neste sentido também é recente o julgado oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul:

(...) "In casu", descabe afastar o dever de indenizar da concessionária, tendo em vista que a ocorrência de intempéries climáticas não enseja o reconhecimento de caso fortuito, de modo a isentar a responsabilidade da concessionária ré, a qual, como responsável pelo fornecimento de energia elétrica, com o devido recebimento da contra-prestação por parte do Estado, deve manter suas instalações aptas a suportarem eventos da natureza, como temporais e vendavais, bem como deve possuir equipamentos para prever fenômenos climáticos e evitar danos a terceiros. Precedentes. Ademais, nenhuma prova a demandada trouxe aos autos para justificar a demora de mais de dezessete horas para armar a chave fusível do transformador que abastece a unidade da autora, não bastando para tanto os documentos juntados com a contestação, pois totalmente ilegíveis. A empresa autora permaneceu por mais de dezessete horas sem energia elétrica, ultrapassando, portanto, o prazo de quatro horas previsto no artigo 176, § 1º, da Resolução 414, de 2010, da ANEEL, para os casos de suspensão indevida. Assim, comprovada a falha na prestação do serviço e não demonstrada qualquer excludente de responsabilidade, deve a concessionária ré ser responsabilizada pelos prejuízos suportados pela empresa autora, impondo-se o desprovisionamento do recurso e a manutenção da sentença no ponto. (RIO GRANDE DO SUL, 2013).

Desse modo, temos que o dever de indenizar, ou seja, a responsabilidade civil se dá tanto em relação ao particular quanto à pessoa jurídica, desde que comprovados os danos, a autoria e o nexo causal. Por se tratar de responsabilidade objetiva, não há discussão acerca da culpa da companhia de energia elétrica, a qual somente afastará a obrigação de ressarcir os danos causados quando comprovar a inexistência de corte no fornecimento de energia ou a configuração de alguma

excludente prevista legalmente tais como caso fortuito, força maior ou culpa exclusiva do consumidor.

### 2.3 A APLICAÇÃO DA LEI Nº. 8.987/95 ESPECIFICAMENTE O ARTIGO 6º § 3º INCISO II

Em contrapartida, no que tange as atividades prestadas pelas concessionárias, Mello (2008) assevera que o concessionário não lhes poderá negar ou interromper a prestação, salvo é claro, nas hipóteses previstas nas próprias cláusulas regulamentares. Especificamente, quanto ao inciso II§ 3º artigo 6º da Lei 8.987/95, que trata sobre a possibilidade da interrupção por inadimplemento do usuário, o que torna evidente há controvérsia tanto a nível doutrinário quanto jurisprudencial.

Mais contemporaneamente, o Superior Tribunal de Justiça teve a oportunidade de revisar esta vertente da causuística no país.

ADMINISTRATIVO – SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – A PAGAMENTO À EMPRESA CONCESSIONÁRIA SOB MODALIDADE DE TARIFA – CORTE POR FALTA DE PAGAMENTO: LEGALIDADE. 1. Os serviços públicos podem ser próprios e gerais, sem possibilidade de identificação dos destinatários. São financiados pelos tributos e prestados pelo próprio Estado, tais como segurança pública, saúde, educação, etc. Podem ser também impróprios e individuais, com destinatários determinados ou determináveis. Neste caso, têm uso específico e mensurável, tais como os serviços de telefone, água e energia elétrica. 2. Os serviços públicos impróprios podem ser prestados por órgãos da administração pública indireta ou, modernamente, por delegação, como previsto na CF (art. 175). São regulados pela Lei 8.987/95, que dispõe sobre a concessão e permissão dos serviços públicos. 3. Os serviços prestados por concessionárias são remunerados por tarifa, sendo facultativa a sua utilização, que é regida pelo CDC, o que a diferencia da taxa, esta, remuneração do serviço público próprio. 4. Os serviços públicos essenciais, remunerados por tarifa, por que prestamos por concessionárias do serviço, podem sofrer interrupção quando há inadimplência seja antecedida por aviso, existindo na Lei 9.427/96, que criou a ANEEL, idêntica previsão. 5. A continuidade do serviço, sem o efetivo pagamento, quebra o princípio da igualdade da partes e ocasiona o enriquecimento sem causa, repudiado pelo Direito (arts. 42 e 171 do CDC, em interpretação conjunta). 6. Recurso especial improvido (BRASIL, 2005).

É o próprio Código de Defesa do Consumidor que não permite qualquer tipo de expediente que venha a utilizar, na cobrança de dívidas, de ameaça, coação, constrangimento físico ou moral, afirmações falsas, incorretas ou enganosas ou de qualquer outro procedimento que exponha o consumidor, injustificadamente, a

ridículo ou interfira com seu trabalho, descanso ou lazer, sob pena de detenção de 3(três) meses a 1(um) ano e multa.

Por outro lado, não se desconhece que há toda uma reflexão no país em sentido oposto ao que se está defendendo, que sustenta a possibilidade de corte do fornecimento pelo não pagamento da tarifa previamente avençada entre administrado e Administração Pública, uma vez que a gratuidade não se presume, e que as concessionárias de serviços públicos, não podem ser competidas a prestar serviços ininterruptos se o usuário deixa de satisfazer suas obrigações relativas ao pagamento, afirma Almeida (2002).

Aduzem estas reflexões que importa revelar no ponto o princípio da igualdade de tratamento dentre os destinatários dos serviços públicos, pois as concessionárias, vinculadas ao Estado através de um contrato de direito público, teriam a faculdade de negar-se a cumprir com essa obrigação de fazer, tal como um particular, segundo Leal (2009).

Aliás, tal postura vem de certa forma contemplada inclusive pelos termos da Lei 8.987/1995, no âmbito do seu art. 6º, § 3º, já referido. Ao fazer isto, esta norma criou verdadeira antinomia institucional à natureza do serviço público, eis que embora haja a descontinuidade do serviço, o dispositivo considera não ter tal fato ocorrido, se os motivos foram possíveis de se enquadrar nos I e II, configurando, verdadeiras hipóteses de excludente da responsabilidade do concessionário, como diz Mukai (1998).

Cumpre observar, todavia, que o referido diploma legal estabelece que o corte do fornecimento de energia deve condicionar-se ao interesse da coletividade, ou seja, ele somente será possível quando o interesse da coletividade assim o determinar. A interrupção (ou não) do serviço deve fundamentar-se, pois, no princípio da supremacia fundamentais do Direito Público e sustentáculo do Poder Estatal.

Se é verdade que, a fim de garantir a sua continuidade, eficiência, bem como a modicidade de suas tarifas, os contratos de concessão admitem a intervenção do poder concedente no serviço prestado de modo que o mesmo seja executado e mantido em perfeita condições de regularidade e continuidade, mesmo que a execução tenha sido entregue a uma pessoa jurídica de direito público, isto ocorre porque o prestador de serviço público age na qualidade de *longa manus* do

Estado, devendo orientar-se pelo regime jurídico que rege as relações jurídicas em que o Estado é parte, ou seja, não se duvida, o regime jurídico público.

Em face disto, Rogério Leal (2009) afirma que a concessionária possui o dever de prestar serviço adequado, não podendo ela suspendê-lo unilateralmente, o que destaca ainda mais a impossibilidade (nos contratos de direito público) de se alegar simplesmente a exceção do contrato não cumprido na espécie, sob pena e se renunciar ao regime próprio do serviço.

### 3 COLETIVIDADE X CONSUMIDOR

Observado o interesse coletivo, primordialmente prioriza-se o princípio da dignidade humana, fundamental para a qualidade de vida, o bem estar e uma vida digna. De nada vale a coletividade, sem os princípios constitucionais, pois ao efetuar a suspensão de um serviço público como a energia elétrica, não estará a concessionária se valendo dos princípios até aqui verificados e sim se preocupando com o lucro ou prejuízo que poderá sofrer a concessionária. É notório que as concessionárias utilizam como medida para o pagamento em atraso da prestação do serviço público de energia elétrica, a suspensão de seu fornecimento utilizado pelas concessionárias como forma de coação do consumidor até o seu adimplemento.

Esse conflito ainda é demasiadamente debatido, no ambiente jurídico e nas diversas esferas sociais. Tendo sido inclusive recentemente abordado em Audiência Pública realizada pela Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, que segundo o Advogado Gabriel Tomasete que preside a Comissão de Defesa do Consumidor da OAB e representa a entidade no Conselho Estadual de Defesa do Consumidor o objetivo foi buscar soluções para os problemas enfrentados pela população rondoniense que, constantemente paga valores absurdos na conta de luz e não recebe uma energia de qualidade em suas residências. A audiência foi realizada em 29 de maio de 2015, no plenário da Assembléia Legislativa, e tratou sobre o sistema elétrico do Estado de Rondônia. O evento foi requerido pelo deputado federal Expedito Netto (SD), e contou com apoio do deputado Maurão de Carvalho (PP), presidente do Poder Legislativo Estadual, sendo prestigiada pelas autoridades do setor, prefeitos municipais, vereadores e pela população.

Uma das indagações é que a prática adotada pelas concessionárias vai de encontro ao que prevê o Código de Defesa do Consumidor em seus artigos 22 e 42, que segundo o advogado Gabriel Tomasete, em notícia publicada no site da OAB-RO, manifesta sua opinião contrária a suspensão no fornecimento de energia elétrica em razão do não pagamento da conta de energia pelo consumidor. Argumentando que: “A energia elétrica é considerada bem essencial à sociedade. O Código de Defesa do Consumidor prevê que as concessionárias são obrigadas a fornecer o serviço de forma adequada, eficiente e contínua”.

Sobre a temática a Defensoria Pública do Estado (DPE) alegou e expôs a problemática de falsas acusações de furto de energia elétrica e a imposição de



termo de confissão de dívida sobre a ameaça do corte imediato do fornecimento, tema que está sendo tratado em ação civil pública movida pela DPE de Rondônia.

Como bem expôs o advogado, não só os artigos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor estariam sendo violados, mas também princípios básicos do nosso direito como o da ampla defesa e do contraditório.

### 3.1 O CONSUMIDOR COMO PARTE FRÁGIL DA RELAÇÃO

O Código de Defesa do Consumidor foi elaborado com o intuito de proteger o consumidor e estabelecer uma relação de consumo visando equidade entre as partes. Por conseguinte, acabou dando origem a uma nova era no que diz respeito ao exercício da cidadania no Brasil. Desde o momento em que surgiu essa nova fase, os cidadãos brasileiros contam com uma poderosa ferramenta de proteção nas relações consumeristas. Além do mais, esse instrumento vem se expandindo e adentrando-se de forma evidente entre a população e alcançando todos os níveis sociais.

Vergara (2003) relata que com a existência dos órgãos de defesa do consumidor, com o bom desempenho do Judiciário e juntamente com disseminação dos meios veiculados de comunicação, foi possível uma troca de informação ágil entre os consumidores, onde grande parte adquirem consciência e entusiasmo em lutar pelos seus direitos. Logo, é possível verificar que com essa busca incessante da sociedade na caminhada em direção aos seus direitos, e com o consumidor sendo considerado o elo mais frágil das relações de consumo, é necessária uma revisão imediata nas práticas empresarias, porque uma pessoa só é considerada frágil diante de qualquer situação quando está em desvantagem. É imprescindível que se dissemine cada vez mais direitos e obrigações, pois dessa maneira a luta em favor da igualdade só se fortalece.

O consumidor/usuário é a parte mais fraca da relação de consumo, por isso o Código de Defesa do Consumidor estabeleceu o princípio da vulnerabilidade, reconhecendo e protegendo essa fragilidade no seu art. 4º, III. Verifica-se que o consumidor/usuário quando não efetua o pagamento das contas de água ou energia elétrica, na maioria das vezes é porque ocorrem situações imprevisíveis que fogem de sua esfera de controle, dentre elas citar o desemprego, a falta de estrutura

financeira familiar, ou seja, famílias que vivem com um salário mínimo e precisam sustentar seus filhos, entre outros.

Acontece que em muitos casos o consumidor não efetua o pagamento não porque não quer, mas porque há situações imprevisíveis que fogem de sua vontade, tais como problemas de saúde, atraso no salário, desemprego ou falta até mesmo do que se alimentar, inviabilizando, assim, o pagamento das contas. O acesso aos serviços públicos essenciais de energia elétrica tem que ser visto a luz dos princípios constitucionais e administrativos, destacando o da dignidade humana, e o da continuidade, para que todos os usuários possam desfrutar de um mínimo de qualidade de vida.

### **3.1.1 A prática abusiva na interrupção dos serviços essenciais por inadimplência dos usuários**

Como já foi analisado neste trabalho antes de interromper qualquer serviço essencial, aqueles previstos no art. 10, da Lei de greve, deverá primeiramente o concessionário prestador dos serviços verificar a aplicabilidade do princípio da razoabilidade e da continuidade, para depois ver a possibilidade da interrupção por inadimplência do consumidor/usuário no caso concreto, aliás, a todo o momento não se pode esquecer do princípio da dignidade humana, pois é direito da coletividade uma vida digna, com saúde e qualidade. O Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou a respeito da impossibilidade da interrupção do serviço essencial, *in verbis*: Seu fornecimento é serviço público indispensável, subordinado ao princípio da continuidade, sendo impossível a sua interrupção e muito menos por atraso no seu pagamento.

Para os adeptos da corrente minoritária, o corte no fornecimento de energia elétrica gera uma violação direta aos princípios constitucionais e administrativos, não assistindo razão as concessionárias prestadoras desse serviço público essencial procederem à interrupção no fornecimento de água e energia para o consumidor inadimplente, devendo utilizar outra forma de cobrança que não leve constrangimento ao usuário e que nem mesmo fira os princípios constitucionais, até aqui explanados. Assim, deverá a concessionária de serviço público analisar a lei e os princípios aplicáveis a prestação do serviço público, uma vez que há

inadimplência por usuários que querem burlar as leis, e por outro lado, por usuários que não possuem um mínimo de condição para uma vida digna. E não possuem condições de pagar nem mesmo a tarifa mínima para consumo de serviços necessários e imprescindíveis para a sobrevivência humana com a energia elétrica, se analisarmos bem seria muito difícil sobreviver sem energia.

No entendimento dos juízes, desembargadores e ministros que se filiam a posição contrária ao corte, o serviço de energia elétrica é subordinado ao princípio da continuidade previsto no Código de Defesa do Consumidor, devendo ser aplicado de forma absoluta, mesmo porque na atualidade a energia elétrica é um bem de utilidade pública, e, não raras vezes a falta de algum desses serviços impossibilita o cidadão de praticar as suas atividades rotineiras, inclusive, ferindo de certa forma a sua dignidade, além de expô-lo ao ridículo quando da efetivação do corte.

### 3.2 DADOS DA PESQUISA

A pesquisa de campo de acordo com Ciribelli (2003), é fundamentada na observação dos eventos, como eles acontecem na realidade e os dados que a mesma coleta, que podem ser alcançados de forma dessemelhante, ou seja, por meio de entrevistas, questionários, consultas, depoimentos e registros de ocorrências de determinados fenômenos. Para Bastos (2009) pesquisa de campo nada mais é do que, pesquisar em campo e realizar a coleta dos dados no local onde ocorrem espontaneamente os fatos estudados. Deste modo, pesquisa de campo é quando se coleta in loco os dados que se pretende analisar. Logo a pesquisa de campo se deu por meio de técnicas e instrumentos de coleta de dados, como por exemplo entrevista com roteiro pré-estabelecido, com questões abertas. Quanto à estrutura física do questionário utilizado na presente pesquisa, o mesmo é composto por 10 (dez) questões, sendo essas abertas, fechadas e de múltipla escolha, aplicado junto aos responsáveis do setor jurídico da empresa concessionária fornecedora de energia elétrica, em 25 de maio de 2015. Portanto, com base nos dados coletados foi possível auferir informações capazes de responder aos objetivos específicos da pesquisa.

A pesquisa foi realizada na CERON Centrais Elétricas de Rondônia – ELETROBRÁS Distribuição Rondônia na cidade de Cacoal, situado na Av. dois de

junho, 2244, Centro. O motivo abordado para a escolha desse local foi a sua similaridade com tema deste trabalho. No que tange os aspectos éticos da pesquisa, o termo de consentimento livre e esclarecido do participante (ANEXO I) é considerado um dos pilares mais importantes que envolvem a pesquisa científica.

Após a aplicação do questionário foi possível fazer uma definição superficial de como acontece a distribuição deste a serviço quem dele necessita ininterruptamente. Na verdade, foi possível constatar que o Código de Defesa do Consumidor tem se tornado um dos mecanismos de defesa mais atuante e utilizado no que se refere ao amparo e proteção prestado ao consumidor. No entanto, não é possível afirmar que todos os consumidores detenham algum tipo de conhecimento referente a esta poderosa ferramenta, no que tange a sua defesa.

### 3.3 PESQUISA DE CAMPO

#### A - Entrevista junto ao setor jurídico da empresa concessionária

Foi realizada a entrevista (anexos) com a senhora Norazi Braz de Mendonça, servidora efetiva da CERON/ELETROBRÁS, a qual prestou todas as informações a respeito da forma como é cobrado os débitos ativos dos consumidores.

No município de Cacoal há famílias que necessitam de permanente prestação do fornecimento de energia elétrica, entre eles famílias com enfermos devidamente cadastrados no benefício especial existente, as unidades de saúde e os frigoríficos. Todavia, no que tange ao cadastro familiar, este é realizado pela concessionária de forma rigorosa, conforme exige a ANEEL – (Agência Nacional de Energia Elétrica), sendo acordado pôr termo de responsabilidade e compromisso.

Com o levantamento dos dados, questiona-se: em Cacoal – RO o fornecimento de energia elétrica atende um padrão de qualidade adequado para que seja prestado de forma contínua e regular? A servidora declara que sim, se comparado há outras regiões, o município, tem apresentado um bom desempenho, atendendo os pré-requisitos dos padrões de qualidade. Em relação a população atendida no município, declara que só há uma família devidamente cadastrada em situação regular no bairro Jardim Clodoaldo, além das unidades de saúdes.

Quanto as atividades fiscalizadoras, como o processo é rigoroso, a família cadastrada tem atuado em consonância para não perder o benefício especial.

Em relação as ações tramitando no poder Judiciário, em que a empresa concessionária é requerida, a entrevistada alega que na maioria dos casos acontece por que consumidor nega que tenha recebido a notificação do débito ativo gerado. No entanto, a empresa entende que o consumidor tem ciência tácita, pois sempre há aviso prévio de fatura em aberto, no talão entregue na residência no mês anterior.

Não obstante, existem cobranças somente via judicial, é o caso das unidades de saúde, a empresa concessionária ajuíza contra o município ação de cobranças judiciais, requerendo o pagamento do débito ativo existente.

Segundo a pesquisa de campo, a empresa concessionária observa como inviável esta modalidade de cobrança, pois acarretaria em um grande ônus, e acúmulo demasiado de demanda judiciais, na comarca do município.

E por fim, foi indagou-se a entrevistada sobre o objetivo do Código de Defesa do Consumidor no campo dos serviços públicos essenciais, observado o equilíbrio econômico o de direitos e obrigações do consumidor-usuários, ampliando desta forma seu grau de participação qualitativa, a profissional relatou que para a empresa o “ consumidor é o seu bem maior e a missão dos funcionários, é tratar a todos bem ”. Conclui que há uma relação de comércio acima de tudo, mesmo que não haja concorrência tem que haver qualidade e eficiência. E que problemas existem, mas são casos isolados.

Ainda, em continuidade aos estudos no caso concreto no mês de março para abril deste ano, observou-se o acompanhamento em uma residência neste município, em relação à forma como a empresa concessionária procede quando há uma fatura em aberto, sem o devido recolhimento no prazo acordado na relação contratual.

Trata-se de fatura do mês de março de 2015, valor da anotação R\$ 131.65 (cento e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos) com vencimento em 26 de abril de 2015 o contrato de número 1053774004819250 cliente JOSÉ CASSIANO GOIS DE FREITAS, endereço Rua PEDRO KEMPER nº 3688, bairro PARQUE ALVORADA.

Depois de passado o prazo de pagamento já no dia 30 de Abril de 2015, a empresa concessionária envia via correio um COMUNICADO, informando que conforme previsto no art. 43, parágrafo segundo, do Código de Defesa do

Consumidor, comunica que a empresa credora, solicitou abertura de cadastro negativo em seu nome.

Informa, ainda, que o titular tem o prazo de 10 (dez) dias a contar da data da postagem do comunicado, para regularizar o débito. E conclui que após esse prazo não havendo a manifestação de recolhimento por parte de devedor, as informações serão disponibilizadas para consultas no banco de dados do SERASA EXPERIAN, podendo inclusive, ser utilizadas para análise de risco de crédito, com geração de escore. (anexo II)

Como o pagamento não ocorreu, em 14 de maio a empresa concessionária, enviou ao devedor uma NOTIFICAÇÃO de suspensão de fornecimento, CORTE por débito. O conteúdo do documento traz que a suspensão do serviço tem amparo legal conforme estabelece o art. 172 da Resolução da ANEEL 414/2010, devido fatura em atraso. Afirmando que a não regularização no prazo de 02 (dois) meses acarretará o fim da relação contratual. (anexo III)

Diante disso, observa-se que conforme já estudado, que na primeira situação o devedor é advertido sendo estabelecido determinado prazo para que este apresente solução, já em segundo momento a empresa concessionária a Centrais Elétricas de Rondônia, busca amparo legal em resolução da agência reguladora ANEEL pela qual são regidos para efetivar a suspensão, e que em nenhum momento alegou, ou fez menção a proteção prevista ao consumidor em Lei Federal 8.987/1995, que especifica a forma, e em qual caso pode haver interrupção do fornecimento deste serviço essencial prestado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao se discutir o tema de natureza jurídica da prestação do serviço público de energia elétrica e as possibilidades de ele ser sustado em face de inadimplência – haja vista que dívidas presentes não ensejam a continuidade do serviço em face do que ele precisa ser mantido orçamentariamente, salvo existência de lei que autoriza alguma forma de benefício social – é preciso se ter presente que, no ordenamento jurídico brasileiro, a responsabilidade patrimonial (envolvendo o (des)cumprimento de contratos e obrigações lícitas) deve incidir sobre o patrimônio do devedor, e não sobre a próprio indivíduo, de forma que, como se pode observar, quando o corte de energia elétrica é utilizado a fim de coagir o consumidor a efetuar o pagamento das parcelas em atraso, configura prática abusiva por parte da empresa concessionária prestadora, uma vez que os meios adequados para que a concessionária receba os valores decorrentes do serviço por ela prestado são a ação de cobrança e a ação de execução. A suspensão do serviço, decorrente de ato unilateral da concessionária, salvo melhor juízo, viola o sistema jurídico e a própria dignidade da pessoa humana.

A energia elétrica se apresenta como bem jurídico densificador material de efetivação da dignidade da pessoa humana e enquanto condição de possibilidade para o exercício efetivo da cidadania, mister é que ele seja cotejado com o universo de sujeitos de direitos que pretende alcançar.

Tratando-se de fornecimento de energia que demanda estruturas econômicas mínimas à sua viabilização, mister é que a ponderação dos interesses e argumentos em litígio sempre seja aferida no caso concreto, verificando-se quais os valores, princípios e regras que estão em jogo para então, se for o caso, relevar diante da impossibilidade fática de atender com satisfação todas as pretensões, quais as que merecem relevo no particular, procurando atender, no máximo, o plexo

de garantias fundamentais e individuais existentes e envolvidas (notadamente aquele atinentes ao mínimo existencial e à dignidade da pessoa humana).

Neste entendimento, tem-se que o corte do fornecimento de serviços essenciais, como a energia elétrica – tem sido praticado pelas concessionárias prestadoras deste, de forma a compelir o usuário ao pagamento de tarifa ou multa, tem extrapolado os limites da legalidade afronta a cláusula pétrea de respeito a dignidade da pessoa humana, uma vez que o cidadão utiliza dos serviços públicos postos como essenciais para sua vida, não se podendo aceitar simplesmente o mecanismo como fórmula de coatar o cumprimento arbitrário de obrigação contratual. Nestes casos, deve o judiciário coibir tal comportamento, fazendo com que tais relações sejam levadas à esfera devida execução.

Aliás, quando a Lei Federal nº 8.987/95 prevê a possibilidade de não caracterizar descontinuidade do serviço público sob comento a sua interrupção em situação de energia ou após aviso prévio, quando ocorrer o inadimplemento do usuário, o faz considerando o interesse da coletividade. O que se pode entender por tal disposição normativa?

Em outras palavras, quando se estiver diante dos interesses de natureza tal que diga respeito à garantia constitucional fundamental, assecuratória do mínimo existencial, cuja periclitação ameace de forma substancial a dignidade da pessoa humana, então estar-se-á diante de uma situação que não admite a suspensão do serviço, por que isto deporia contra a própria comunidade, no seu significado mais republicano.

No entanto, a doutrina majoritária e os tribunais numa interpretação literal da Lei se posicionam no sentido de que a inadimplência no pagamento da prestação do serviço de energia elétrica, gera a interrupção no fornecimento do serviço até a regularização do pagamento para sua efetiva reativação.

Assevera que a legalidade da interrupção no fornecimento de energia elétrica prevista no art.6º, parágrafo 3º, II, da Lei 8.987/95, praticada pelas concessionárias, a exemplo da CERON/ELETROBRÁS, que presta serviço no Estado de Rondônia, quando o usuário desse serviço está inadimplente com o pagamento, apesar de ser uma posição majoritária na atualidade no Superior Tribunal de Justiça, ainda, trata-se de uma matéria controversa, pois nestes mesmos tribunais podemos citar a corrente que defende a ilegalidade na interrupção do fornecimento de energia elétrica.



Há casos em que a interrupção na prestação de energia elétrica é corretamente aplicável, porém, em alguns casos o que acontece é a interrupção indevida pelas empresas particulares, vez que ao ser efetuada a interrupção a mesma não se preocupa em considerar o princípio da dignidade da pessoa humana e da continuidade do serviço público prestado.

Assim, como as demais ciências, o direito está em constante evolução, sendo, portanto, imprudente querer esgotar por meio desta pesquisa a questão ora apresentada. Logo, o acesso a este serviço há de ser visto à luz dos princípios constitucionais, destacando o da dignidade, e da continuidade.

Entretanto, o Estado enquanto Administração Pública tem o dever de fornecer meios para que os seus administrados tenham condições de suprir as suas necessidades básicas, tais como, saúde, alimentação, moradia, lazer. Não se pode querer imputar as concessionárias, prestadoras de serviços públicos, atuando como delegadas do Estado-Administração, o ônus de fornecer gratuitamente seus serviços, pois é necessário um grande investimento para que haja uma boa prestação dos serviços para a comunidade.

As empresas concessionárias trabalham com uma cobrança diferenciada de tarifas, pré-definidas no contrato de concessão de acordo com o consumo de cada consumidor/usuário, tratando-se dessa forma, os desiguais na medida de sua desigualdade.

Por fim, é forçoso concluir que a posição majoritária adotada pela jurisprudência, bem como pela doutrina, que a interrupção na prestação do serviço de energia elétrica, imposto ao usuário inadimplente com a fatura regular, após aviso prévio, é um direito das concessionárias.

Em referência à pesquisa, esta trouxe contribuições científicas aos acadêmicos e demais interessados, fornecendo informações relevantes para o meio social e acrescentou elementos importantes aos estudantes desta Instituição que queiram abordar o tema.

Para que o trabalho fosse executado foi necessário buscar conhecimento e informações que envolviam o conteúdo. Esse trabalho não tem a pretensão de concluir o assunto abordado e revelar-se como um caminho excepcional a ser seguido, mas almeja ser visto como um caminho para a discussão sobre o assunto em pauta, de maneira a possibilitar aos acadêmicos e demais interessados um maior aprofundamento sobre o tema, podendo o mesmo servir de guia para novas

abordagens.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Batista. **A proteção jurídica do consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2002.

ANDRADE, Ronaldo Alves de. **Curso de direito do consumidor**. São Paulo: Manole, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 04 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942**. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del4657.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del4657.htm)> Acesso em 25 abr 2015

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989**. Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências. <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7783.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7783.htm)> Acesso em 03 abr 2015

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.078, de 11 DE setembro de 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995**. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8987cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987cons.htm)>. Acesso em: 04 abr 2015.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 4, de 13 de março de 1998**. Considerando o disposto no artigo 56 do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, e com o objetivo de orientar o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, notadamente para o fim de aplicação do disposto no inciso IV do art. 22 deste Decreto;

<[www.senado.gov.br/senado/programas/20anosCDC/pdf/1998\\_Port.htm](http://www.senado.gov.br/senado/programas/20anosCDC/pdf/1998_Port.htm)> Acesso em 20 abr 2015

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.** Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20072010/2007/Lei/L11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Lei/L11445.htm)> Acesso em: 21 abr 2015.

\_\_\_\_\_. **Resolução normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010** Estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica de forma atualizada e consolidada. <[www.aneel.gov.br/cedoc/ren2010414.pdf](http://www.aneel.gov.br/cedoc/ren2010414.pdf)> Acesso em 27 de mai 2015

BASTOS, Rogério Lustosa. **Ciências humanas e complexidades:** projetos, métodos e técnicas de pesquisa: o caos, a nova ciência. 2.ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo.** 18. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2007.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de direito do consumidor.** São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Programa de responsabilidade civil.** 10 ed. São Paulo Atlas, 2012.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. **Como elaborar uma dissertação de mestrado através da pesquisa científica.** Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

COELHO, Luiz Fernando. **Teoria crítica do direito.** 3.ed. da rev., atual.e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** 16. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GIACOMINI Filho, Gino. **Consumidor versus propaganda.** São Paulo: Summus, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAZZARINI, Álvaro. Serviços públicos nas relações de consumo. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, Renovar, v. 215, jan. 1999.

\_\_\_\_\_. Consumidor de serviços públicos: dever de indenizá-lo enquanto cidadão. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 219, jan. 2000.

LEAL, Rogério Gesta. **Condições e possibilidades eficácias dos direitos fundamentais sociais**. Porto Alegre. Livraria do Advogado, 2009

LUCCA, Newton de. **Direito do consumidor**. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2008.

MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto. A proteção dos usuários de serviços públicos: a perspectiva do direito do consumidor. In: NUSDEO, Ana Maria de Oliveira; SUNDFELD, Carlos Ari (Coord.). **Direito Administrativo Econômico**. São Paulo: Malheiros, 2000.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MUKAI, Toshio. **Concessões, permissões e privatizações de serviços públicos**. São Paulo: Saraiva, 1998.

NUNES, Rizatto. **Curso de direito do consumidor**. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PFEIFFER, Roberto Augusto Castellanos. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos serviços públicos, **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 17, n. 65, jan./mar. 2008

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. **Agravo em recurso especial nº 519.027 – RS (2014/0119906-1)**. Disponível em: <[http://www.tjrs.jus.br/site\\_php/consulta/index.php](http://www.tjrs.jus.br/site_php/consulta/index.php)>. Acesso em: 01 de Mai 2015

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. **Agravo interno desprovido nº 70055742522**. Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Niwton Carpes da Silva, Julgado em 19/12/2013 . Disponível em: <[http://www.tjrs.jus.br/site\\_php/consulta/index.php](http://www.tjrs.jus.br/site_php/consulta/index.php)>. Acesso em: 01 de Mai 2015

RONDÔNIA. **Sistema elétrico de Rondônia é debatido na Assembleia Legislativa** <<http://www.al.ro.leg.br/institucional/noticias/sistema-eletrico-de-rondonia-e-debatido-na-assembleia-legislativa>>. Acesso em: 30 mai. 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SEGALLA, Alessandro. A Suspensão do Fornecimento de Energia Elétrica a Usuário Inadimplente à Luz da Constituição Federal. In **Revista de Direito do Consumidor**, nº 37, janeiro-março/2001.

BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. **REsp 705203 –SP - RECURSO ESPECIAL. 2004/0166429-5**. Relatora Ministra Eliana Calmon. II Turma. Julgado em 11/10/2005, publicado no Diário de Justiça de 07.11.2005 p. 224). Disponível em: < <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7186525/recurso-especial-resp-705203-sp-2004-0166429-5/relatorio-e-voto-12925436>>. Acesso em: 01 de mai de 2015.

TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito do consumidor**: direito material e processual 3. ed. Rio de Janeiro: Forense: São Paulo: Método, 2014.

THOMAZ, Afrânio Carlos Moreira. **Lições de direito do consumidor**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

TOMASETE, Gabriel. **OAB/RO participa de audiência pública sobre qualidade de energia elétrica na ALE/RO** <<http://www.oab-ro.org.br/noticia/oabro-participa-de-audiencia-publica-sobre-qualidade-de-energia-eletrica-na-alero/>> Acesso em: 30 mai. 2015.

VERGARA, Sylvia Helena Constant. **Impacto dos direitos dos consumidores nas práticas empresariais**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

## **ANEXOS**

## **ANEXOS**



# TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

## Identificação

**Título do Projeto:** DA INTERRUÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA FRENTE AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NA CIDADE DE CACOAL-RO

**Pesquisador Responsável:** José Cassiano Gois de Freitas

**Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável:** Fundação Universidade Federal de Rondônia – Unir: *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles

O Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa, **“Da interrupção do fornecimento de energia elétrica frente ao Código de Defesa do Consumidor na cidade de Cacoal - RO”** de responsabilidade do pesquisador José Cassiano Gois de Freitas.

Este trabalho tem o intuito de analisar o fornecimento de energia elétrica e quais são as formas de interrupção na prestação de serviço no município de Cacoal-RO e as prerrogativas dos usuários nesse processo.

Espera-se contribuir com essas informações para o desenvolvimento do estudo sobre maneiras adequadas de resguardar e amparar o usuário na sua relação de consumo com o fornecedor prestador de serviço, estabelecido pelo almejado equilíbrio entre as partes, despertando assim, pesquisas futuras a fim de melhorar os estudos até aqui realizados.

A participação dos pesquisados é voluntária, sendo possível a garantia da confiabilidade dos dados informados e a privacidade do sujeito da pesquisa.

Eu, Norazi Braz de Mendonça RG nº 1933-579-554  
declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, da pesquisa acima descrita.

Cacoal-RO, em 25 / 05 / 2015.

Assinatura do Respondente

Norazi Braz de Mendonça  
OAB/RO 2814  
Eletrobras Distribuição Rondônia

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**  
**UNIR – CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES**

**Atividade de pesquisa científica**

**Curso Direito Vespertino – ano 2010/2 a 2015/1**

**JOSÉ CASSIANO GOIS DE FREITAS**

**QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA**

Bom dia/tarde. Meu nome é José Cassiano Gois de Freitas estou realizando uma pesquisa acadêmica de graduação no curso de Direito, cujo tema é **“Interpretação do fornecimento de energia elétrica frente ao Código de Defesa do Consumidor”** pela Fundação Universidade Federal de Rondônia, Cacoal-RO. Sua participação é muito importante para o êxito do trabalho. Por sua colaboração especial, antecipo meus sinceros agradecimentos!

Marque as proposições a seguir:

**1. Sexo**

( ) Masculino (X) Feminino

**2. Idade:**

( ) entre 18 e 25 anos

( ) entre 26 e 35 anos

( ) entre 36 e 45 anos

( ) entre 46 e 50 anos

(X) mais de 50

**3. Escolaridade:**

( ) Ensino Médio ( ) Superior (X) Pós-Graduação ( ) Mestrado ( ) Doutorado

**4. Tempo de Trabalho:**

( ) Menos de 01 ano

( ) De 01 a 05 anos

(X) De 05 a 10 anos

( ) Mais de 10 anos

## INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

De acordo com as proposições abaixo, informe os procedimentos praticados no fornecimento de energia de elétrica frente ao Código de Defesa do Consumidor no município de Cacoal-RO, as quais serão devidamente interpretadas e preenchidas conforme a sua resposta:

1. No município de Cacoal há famílias que necessitam de permanente prestação do serviço ou uma necessidade intermitente da não interrupção de prestação no fornecimento de energia elétrica?

Sim. Além de famílias alguns estabelecimentos e órgãos públicos, como unidades de saúde e frigoríficos.

2. Existe um cadastro prévio na empresa concessionária dessas famílias:

De que longe a família o cadastro é realizado pela concessionária de forma rigorosa, conforme exige a AVEL, a pessoa aceita de pronto o termo de responsabilidade.

3. No fornecimento de energia elétrica existe um padrão qualidade adequado para seja prestado de forma contínua e regular, a estes usuários?

Sim, se comparado há outras regiões Cacoal-RO tem apresentado um bom desempenho, atendendo os pré-requisitos dos padrões de qualidade.

5. Qual é a atual população atendida por este serviço (números):

Atualmente, são cadastrados as unidades de saúde, e uma família no bairro Jardim Chadeado.

6. São desenvolvidas atividades fiscalizadoras nestas residências:

Como o processo é rigoroso, a família sempre tem estado em consonância para não perder o benefício especial.

7. Em Cacoal há ações tramitando no Poder Judiciário em que a empresa concessionária é requerida, por interromper a prestação de serviço essencial, sem aviso prévio estabelecido por lei?

Sim, há ações porque na maioria das vezes, o Consumidor nega que tenha recebido a notificação do débito ativo. No entanto a empresa entende que o consumidor tem ciência pelo termo de aceite, pois sempre há aviso prévio na fatura entregue no mês anterior.

8 A empresa tem algum caso em que, sua cobrança foi feita somente judicialmente, ou seja, sem a interrupção de prestação de serviço?

Sim. Recentemente este caso se deu em Ação de Cobrança Judicial contra o município, que reconhece pedindo liminarmente a reclusão imediata. Assim, os requisitos concedem mediante <sup>emergencial</sup> de pagamento do débito ativo.

9 Se sim, como a empresa concessionária observa esta modalidade de cobrança, para o adimplemento de débitos ativos?

Segundo a advogada somente esta modalidade seria inviável, pois a Central elétrica é feita como empresa privada, isso ocorreria em um grande ônus para a empresa.

10 O objetivo do CDC no campo dos serviços públicos é garantir a defesa do consumidor-usuário, ampliando o seu grau de participação qualitativa, o que não prevê apenas o equilíbrio econômico do contrato, mas também o equilíbrio de direitos e obrigações. A concessionária tem essa concepção?

Sim, para a Empresa "O Consumidor é o seu bem maior e a missão dos funcionários, é tratar a todos bem.

Conclui que há uma relação de comércio mesmo que não haja concorrência tem que haver qualidade e eficiência. E que problemas existem mas não casos litigiosos.

**São Paulo, 30 de Abril de 2015****18H37M****JOSE CASSIANO GOIS DE FREITAS**  
**CPF \*\*\*.\*\*\*.182-72**

Conforme previsto no art. 43, parágrafo segundo, do Código de Defesa do Consumidor, comunicamos que a empresa credora, abaixo mencionada, solicita a abertura de cadastro negativo em seu nome, referente aos seguintes dados:

**CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S/A****CNPJ: 05.914.650/0001-66****Endereço da Credora: R JOSE DE ALENCAR 2613 - BAIXA DA UNIAO - PORTO VELHO - RO - CEP:78916-623**

<b>Valor da anotação</b>	<b>Data do Vencimento</b>	<b>Natureza</b>	<b>Contrato</b>
<b>R\$ 131,65</b>	<b>26/04/2015</b>	<b>NOTA FISCAL</b>	<b>1053774004819250</b>

Você tem o prazo de 10 dias a contar da data de postagem desta carta para regularizar o(s) débito(s). Após esse prazo, não havendo sua manifestação ou a do seu credor, a(s) informação(ões) será(ão) disponibilizada(s) para consulta em nosso banco de dados, podendo, inclusive, ser utilizada(s) para análise de risco de crédito, com a geração de score.

Para obter maiores informações, solicitamos que entre em contato com o credor.

**PARA SUA MAIOR FACILIDADE, PODERA LIGAR PARA O TELEFONE**  
**0800-6470120 OU COMPARECER A LOJA DE SERVICO DA CERON**  
**MAIS PROXIMA DE SUA LOCALIDADE.**

**SAIBA COMO ESTÁ SEU NOME: GRÁTIS POR 15 DIAS!**

Fique sabendo se seu nome está limpo ou se tem alguma dívida e sempre que uma empresa te consultar. Acesse:  
[www.serasaconsumidor.com.br/cartacomunicado](http://www.serasaconsumidor.com.br/cartacomunicado)

**Serasa Experian**



SQ: 329.351.967 04/05/2015 529899

**DESTINATÁRIO**



CTC MOOCA SPM PL6  
JOSE CASSIANO GOIS DE FREITAS  
R PEDRO KEMPER 3688 PRQ ALVORADA  
JOSINO BRITO - CACOAL  
76961-552 RO



2015050132935196704

**PARA USO DO CORREIO**

<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Não procurado
<input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente	<input type="checkbox"/> Ausente
<input type="checkbox"/> Não existe o número indicado	<input type="checkbox"/> Falecido
<input type="checkbox"/> Desconhecido	<input type="checkbox"/> Informação escrita pelo porteiro/síndico
<input type="checkbox"/> Recusado	
Reintegrado ao serviço postal em	Visto do Responsável

**REMETENTE - DEVOLUÇÃO ELETRÔNICA - CEDO**

SSA  
RUA ANTÔNIO CARLOS, 434 - CONSOLAÇÃO  
01309-905 SÃO PAULO - SP



